

DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA ESTRUTURA INDUSTRIAL E URBANA: ALGUNS ASPECTOS DA ECONOMIA CAPIXABA NOS ANOS 1980 – 2000.

Ednilson Silva Felipeⁱ
Departamento de Economia - UFES

Arlindo Villaschi Filhoⁱⁱ
PPGECO - UFES

Ueber José de Oliveiraⁱⁱⁱ
Doutorando em Ciência Política - UFSCAR

RESUMO: Trata-se de um estudo que busca compreender o processo de diversificação das atividades econômicas do Estado do Espírito Santo, verificados nas décadas de 1980 e 1990. Por outro lado, aventa-se a hipótese segundo a qual a convergência entre as externalidades advindas dos impactos dos Grandes Projetos de Impacto, levados à cabo na década de 1970, juntamente com o processo de industrialização – baseada na pequena/média indústria - e a tendência à diversificação / interiorização da economia capixaba, levaram à formação de um conjunto importante de micro e pequenas empresas – participantes ou não de Arranjos Produtivos Locais – APLs – que, sem exatamente um plano ou objetivo comum e nem fruto de uma política dirigida de governo, acabaram trazendo importante contribuição à economia em termos de descentralização de renda e do emprego.

PALAVRAS-CHAVE: História Econômica; Economia Capixaba, industrialização; Arranjos Produtivos Locais.

INTRODUÇÃO

A primeira década do Regime Militar (1964-1985) no Espírito Santo foi marcada por profundas transformações no campo econômico, as quais se fizeram sentir nos mais diversos segmentos que compunham a sociedade. Neste aspecto, marcantes são os Governos de Cristiano Dias Lopes (1967-1971) e Artur Carlos Gerhardt Santos (1971-1974), que representam o grande *divisor de águas* da história econômica capixaba, uma vez que neles são identificadas as principais iniciativas de políticas públicas e investimentos para o desenvolvimento urbano-industrial, comercial e financeiro,

ⁱ Professor Assistente da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Endereço para contato: Rua Otávio Cardoso de Alcântara, 67 – Apto. 402 – Santa Fé – Cariacica – ES. Email: ednilsonfelipe.ufes@gmail.com

ⁱⁱ Doutor em Economia pela *University of London* (1993), Professor Associado da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Endereço para contato: Rua Horácio A. de Carvalho 190 - 29.052-620 - Vitória, Espírito Santo. Email: arlindo@villaschi.pro.br

ⁱⁱⁱ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Endereço para contato: Rua Ilda Rohr, 13, Rosa da Penha – Cariacica – E.S. Email: ueberoliveira@yahoo.com.br

que implicaram em transformações na ordem estabelecida, proporcionando mudanças radicais na estrutura econômica do Espírito Santo no período recente.

Ocorre que a entrada em operação das empresas oriundas dos Grandes Projetos de Impacto (Gp's) catalisou o fenômeno de *desautonomia relativa*, já indicado por Rodrigues (1973) e Medeiros (1977). A partir do início de suas atividades, essas empresas engendraram uma lógica própria, dada por estratégias econômicas e empresariais que extrapolavam o espaço regional do Espírito Santo e que em nada, ou em muito pouco, eram interligadas à lógica de decisão e condução do governo estadual.

Por outro lado, aventa-se a hipótese segundo a qual a convergência entre as externalidades advindas dos impactos dos GP's, juntamente com o processo de industrialização – baseada na pequena/média indústria - e a tendência à diversificação / interiorização da economia capixaba, levaram à formação de um conjunto importante de micro e pequenas empresas – participantes ou não de Arranjos Produtivos Locais (APLs) que, sem exatamente um plano ou objetivo comum e nem fruto de uma política dirigida de governo, acabaram trazendo importante contribuição à economia em termos de descentralização de renda e de emprego.

A desorganização ou desorientação do Estado capixaba – em parte como reflexo do que vinha se passando no plano nacional - acabou por diminuir a sua capacidade de conduzir ativamente os processos desenvolvimentistas, capacidade essa que os tinha caracterizado até a metade de década de 1970. Nacionalmente, isso ficou claro com os níveis de crescimento proporcionados pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1974-1979) em relação ao I PND (1968-1973). Enquanto no I PND a economia brasileira cresceu à média de 11% anuais, o II PND proporcionou um crescimento médio de 5%, embora a natureza dos investimentos do II PND tenham logrado mudar a estrutura industrial brasileira de forma muito mais profunda do que as transformações engendradas pelo I PND.

De qualquer forma, se isso pode ser tomado como *prova*, o fato de o III PND (1980-1985) não ter nem mesmo saído do papel expressa a diminuição da capacidade do Estado em assumir-se como protagonista e condutor/impulsionador do desenvolvimento econômico. Isso foi agravado pelos fatos já exaustivamente discutidos na literatura econômica: os dois choques do petróleo (1973 e 1979), a instalação da crise da dívida (a partir do início dos anos 1980), e o processo descoordenado de transição do regime militar para o civil, após 20 anos de regime de exceção.

Diante dessas considerações, o presente artigo tem como objetivo discutir alguns aspectos que contribuíram para a não formação de um novo consenso de necessidades - apesar de o Estado ter atravessado importantes crises – e nem mesmo a construção de coalizões baseadas em novas possibilidades e/ou visões de futuro e superação. Pragmaticamente, entre o final da década de 1970 e final dos anos 1990, não se foi capaz formular um processo arrojado de desenvolvimento para o Espírito Santo. Objetiva apontar o processo de formação de um conjunto de indústrias dos mais diversos ramos de atividade - em grande parte agrupadas em Arranjos Produtivos Locais - mesmo com a quase ausência do estado enquanto um elemento condutor e propulsor de processos desenvolvimentistas.

Para tanto, o texto está dividido em cinco partes, além desta introdução. Na primeira, as preocupações estarão voltadas para a análise da desorientação do Estado em termos de capacidade de gerir o processo de desenvolvimento econômico, ao término do Regime Militar, o que se verificou nos últimos governos biônicos, bem como nos que seguiram já em circunstâncias de restauração do estado democrático de direito, quando se observa uma escalada rumo à fragmentação partidária e ideológica, o que gerou muitas dificuldades no sentido de se construir governos de

coalizão, colocando em cheque o próprio processo de governabilidade. Deste modo, a presença do Estado no processo de desenvolvimento, que já era mínima, praticamente desaparece.

No segundo tópico, será analisada o quadro econômico do Espírito Santo nas décadas de 1980 e 1990 aquilo que se convencionou chamar de *modernização conservadora* da economia capixaba. Ou seja, apesar do processo de diversificação da economia que mudou inclusive a posição do Espírito Santo em relação ao Brasil, e a despeito do crescimento gerado nas duas décadas, o estado ainda está longe, em termos de dinamismo, dos demais estados da Região Sudeste.

No terceiro item, analisa-se o processo de diversificação econômica, porém pelo viés da formação dos Arranjos Produtivos Locais. Neste ponto, serão abordados alguns dos mais importantes APL's do Espírito Santo. Na quarta parte analisa-se o papel de tais arranjos no que tange ao processo de geração de emprego, e na descentralização da dinâmica econômica. E, por fim, são tecidos alguns comentários em termos de considerações finais, seguidas das referências bibliográficas.

1. A DESORIENTAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO CAPIXABA DO FINAL DA DÉCADA DE 1970 AO FINAL DA DÉCADA DE 1990.

A partir de meados da década de 1970, verifica-se o fim do “Milagre Brasileiro”. O país mergulhou numa grave crise econômica e nessas circunstâncias o Governo Ernesto Geisel (1974-1979), em resposta aos impactos macroeconômicos da crise decorrente do primeiro choque do petróleo deflagrado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), lançou o II PND. Este consistia num ousado plano de investimentos com a finalidade de estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia, utilizando-se, basicamente, de empréstimos externos, aprofundando a lógica de industrialização por substituição de importações (ISI).

Apesar dos seus limites, tais investimentos acabaram por manter a tendência geral da política econômica brasileira, o que representava o suporte necessário para a manutenção da trajetória de investimentos em curso no Espírito Santo.

Ao término do Governo Arthur Carlos G. Santos, em 1975, seguiu-se dois outros governadores biônicos: Élcio Álvares (1975-1979) e Eurico Rezende (1979-1983). Embora não tenham impedido a continuidade do projeto econômico em curso, Álvares e Rezende - bem como os Governos alçados ao poder após o processo de abertura democrática - não tiveram a mesma visão de possibilidades transformadoras verificadas nos dois primeiros governos biônicos e que fosse capaz, acima de tudo, de levar o estado a novos saltos desenvolvimentistas.

Em relação a Élcio Álvares, quando foi indicado pelo Presidente Geisel ao mais alto posto do executivo estadual, cumpria um mandato de deputado federal (1970-1975) pela ARENA^{iv}. É remanescente, embora mais moço, do mesmo grupo político que, no período pré-64, havia formulado o processo de desenvolvimento levado à cabo por Dias Lopes e Arthur G. Santos. Portanto, mantinha-se a mesma coerência no processo sucessório capixaba. Embora não tenha ousado em termos econômicos, é importante ressaltar que no seu governo foram criados alguns órgãos que proporcionaram a ampliação do suporte tecnocrático, tais como a Fundação Jones dos Santos Neves e a Secretaria de Planejamento que visavam, entre outras coisas, a coordenação e a elaboração de estudos para subsidiar o planejamento e as ações do governo. Essas e outras ações

^{iv} Além de deputado federal e Governador (1975-1979), Élcio foi também senador (1991-1994; 1995-1999), ministro de Indústria e Comércio (1994), no governo de Itamar Franco e ministro da Defesa (1999-2000), no governo de Fernando Henrique Cardoso.

garantiram a continuidade do planejamento estratégico de investimentos consubstanciados nos GP's.

Em relação ao seu sucessor, Eurico Rezende, do mesmo modo que Álvares, era remanescente do cenário político anterior ao Golpe de 1964. Porém, construíram suas carreiras de lados diametralmente opostos. Eurico fora fundador da UDN, em 1945, e na maioria dos pleitos daquele período democrático (1945-1964) esteve ao lado das forças políticas de oposição ao PSD, aglutinadas por Atílio Vivacqua, Francisco Lacerda de Aguiar entre outros, sendo estes últimos adeptos de políticas voltadas para o setor rural, ao contrário dos demais governadores biônicos (OLIVEIRA, 2010).

Ao final da década de 1970, o momento era marcado pelo início do processo de abertura democrática - lenta e gradual - que, associada ao agravamento da crise econômica do modelo desenvolvimentista, já no Governo Figueiredo (1979-1985), tornou o cenário político, econômico e social extremamente incerto e instável.

Como já indicado acima, a ascensão de Rezende para o Governo do Estado a partir de 1979 rompeu com a lógica técnico-burocrática de indicação política vigente até então, uma vez que o governador possuía como principal âncora de sua sustentação política o setor primário-exportador, bem como os interesses ligados ao comércio exportador e como tal, não manteria o mesmo estilo de gestão. Assim, em um contexto caracterizado pela distensão política e de retorno dos instrumentos de mediação pautada em partidos, típicos do Estado democrático de direito, Eurico Rezende foi constrangido pela situação de crise econômico-financeira nacional que, de alguma forma, aparecerão desafios a serem vencidos durante seu governo.

O plano de governo de Eurico Rezende tinha três objetivos gerais: consolidar o Espírito Santo como pólo alternativo da Região Sudeste do Brasil; atenuar os desequilíbrios regionais; e criar condições para fixar o homem capixaba no Espírito Santo. A partir destes objetivos gerais, foram traçadas as seguintes diretrizes: 1) atuar no campo da industrialização, a fim de viabilizar a apropriação local dos efeitos multiplicadores dos investimentos produtivos que foram realizados no Estado; 2) atuar no campo da agropecuária, criando condições para ampliação da renda das populações rurais, esforçando-se para evitar as migrações internas; 3) atuar no campo do turismo, no sentido de fornecer maior racionalidade ao aproveitamento local desta atividade econômica; 4) atuar no campo dos setores sociais e da infra-estrutura básica, com a finalidade de promover atitudes e ações que possam atender ao objetivo fundamental de promoção social integral da população; 5) atuar no campo da segurança, a fim de proteger e valorizar o cidadão capixaba, garantindo sua integridade física e sua efetiva participação na sociedade; 6) atuar no campo da ecologia, a fim de manter vigilância permanente para a proteção do equilíbrio do meio ambiente (Estado do Espírito Santo 1979: 39-41).

No campo econômico em específico, as diretrizes da gestão de Eurico Rezende eram: promover a interiorização do desenvolvimento; estimular a vocação econômica das diferentes regiões do estado; estimular a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia aplicada; promover a melhoria da qualidade de vida. Todavia, o governo estadual não encontrou, à época, condições financeiras para executar os seus projetos previstos nem tampouco respaldo federal para tal, segundo Silva (1993).

Vale lembrar que no período da gestão de Eurico Rezende foi marcado pelos impactos do 2º choque do petróleo e da recessão econômica, o que comprometia qualquer apoio por parte do governo federal. Em função de dificuldades financeiras, ele efetivou a autarquiaização de todas as Fundações e extinguiu a Secretaria de Planejamento, deixando de lado o planejamento como uma ação importante, agindo reativamente aos fatos.

No limiar dos anos 1980 e por toda a década, quando foram restauradas as regras próprias do jogo democrático, os atores políticos que estiveram à frente das inovações institucionais — em especial, Dias Lopes e Gerhardt Santos —, ao saírem do centro da atuação política, não deixaram sucessores comprometidos com as inovações realizadas. Assim, a estrutura tecnocrática implementada nas gestões anteriores entraria em refluxo, o que, em certa parte, contribuiria para o relativo desmonte dos aparatos de planejamento criados naqueles governos.

Da mesma forma, também não houve, no seio da sociedade (até pela própria condição de ditadura) a formação de quadros políticos comprometidos em construir coalizões de possibilidades no sentido de definir e pactuar rumos positivos para a economia e a sociedade capixaba como um todo. Como se verá adiante, em termos econômicos, o que se observou foi uma ascensão das relações mercantis via instrumentos de mercado como sendo os principais coordenadores/direcionadores da economia, o que, de certa forma, vigora até os dias atuais.

Nas décadas de 1980 e 1990, dois grandes temas dominavam o cenário político-econômico capixaba: o primeiro, de natureza mais abrangente, tratava do processo de redemocratização do Brasil, que estava em curso. Era quase unanimidade, principalmente no campo da oposição, a necessidade de acelerar-se, por parte do governo Figueiredo, o processo de distensão e destruição do chamado *entulho autoritário*. Em segundo lugar, tema importante era o quadro de deterioração econômica por que passava o Brasil. Curiosamente, nas duas primeiras eleições diretas para governador, realizadas em 1982 e 1986, ambas vencidas pelo PMDB, com Gerson Camata (1983-1986)^v e Max Mauro (1987-1990), respectivamente, os debates não fugiram muito dessas duas questões. No aspecto administrativo, um importante aspecto levantado pelo então candidato Camata, por ocasião das eleições ao governo de 1982, foi a questão da concentração de decisões financeiras nas mãos do governo central^{vi}, fato que dificultava a implementação de projetos. Essa questão seria retomada no pleito de 1986, por conta das vésperas da constituinte, na qual, entre outras coisas, foram traçados os elementos que definiram o novo pacto federativo (OLIVEIRA, 2008).

Em relação aos governos de Camata e Max, não houve nenhuma proposição significativa enquanto política de desenvolvimento. Todavia, deve-se apenas mencionar, mesmo que panoramicamente, o governo Camata (1983-1986). Seu governo se direcionou, basicamente, para criação de infraestrutura para a zona rural, como a ampliação da rede de energia, construção de estradas vicinais, bem como o apoio às empresas públicas ligadas ao setor agrícola. No entanto, embora essas ações fossem mais do que legítimas, o que chama atenção é o fato de que, numa conjuntura em que se avolumavam reivindicações sociais urbanas, pouca atenção foi dada aos efeitos da intensa urbanização que se verificava na capital e nos municípios adjacentes.

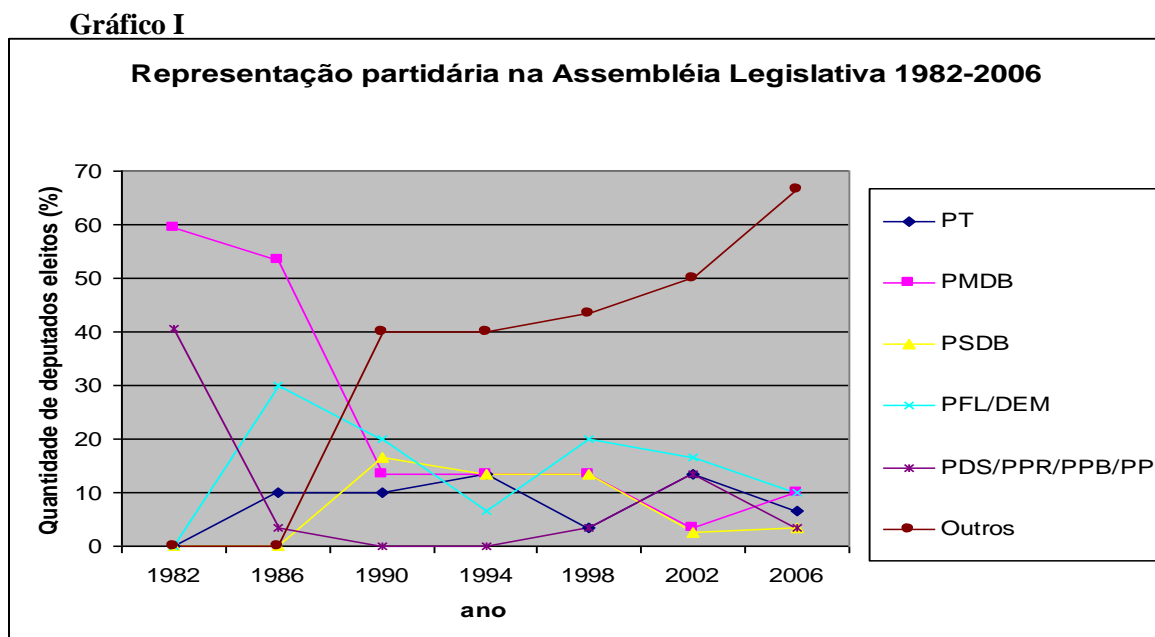
Nesse sentido, foram governos que surfaram no bom momento econômico já que os índices da economia capixaba continuaram crescendo acima da média nacional. A expansão era liderada pela indústria, que cresceu a uma taxa média de 3,0% ao ano, enquanto os índices nacionais não batiam a casa dos 1,6%. Os dados do SINDIEX (2002), por sua vez, mostram que as exportações do estado cresceram 7,8% ao ano entre 1985 e 1990, acima dos 4,1% apurados para o país.

^v A rigor, Gerson Camata governou até o ano de 1985, quando deixou o governo para se desincompatibilizar no sentido de concorrer a uma vaga no Senado da República, no qual permanece até o momento em que este texto está sendo escrito. Em seu lugar no governo do Estado, assumiu José Moisés.

^{vi} No aspecto financeiro e tributário, os militares fizeram duas macro-reformas que afetaram diretamente a dinâmica federativa: a mudança na sistemática orçamentária e a alteração do quadro tributário. A primeira visava a acabar com a extrema pulverização dos recursos orçamentários federais, tal como aconteceu no período pré-64. Esse centralismo de recursos nas mãos do governo federal servia também para garantir o apoio dos outros níveis de governo. Essa reflexão está em ABRÚCIO, Fernando. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

Na prática, em se tratando da realidade capixaba, após o inicial predomínio do PMDB na primeira década de redemocratização, quando partido conquistou o poder executivo em duas oportunidades consecutivas, seguiu-se uma fragmentação partidária e ideológica no modelo de representações políticas (OLIVEIRA, 2008). Como conseqüência, a partir do final da década de 1980 e, principalmente, no decorrer da de 1990, o cenário político e institucional do estado esteve pontuado por crises de governança, desmandos, malversação de recursos, corrupção e outras mazelas que acabaram por produzir retrocessos institucionais, ao invés de mudanças virtuosas, apesar da tendência ascendente do crescimento econômico registrado no período.

O ofuscamento do partido dominante (PMDB), e a conseqüente fragmentação partidária são visíveis no gráfico abaixo. Nota-se que, no decorrer da década de 1990, as principais agremiações partidárias – PMDB, PSDB, PT, PFL/DEM e PPB/PP - perderam espaço, em número de cadeiras no Legislativo Estadual, para outros vários pequenos partidos. E o mesmo pode ser visto nos dados referentes ao desempenho das principais siglas nas eleições para prefeito dos municípios capixabas. Notam-se grandes diferenças no rendimento dos partidos em eleições consecutivas e perda de espaço das principais siglas, demonstrando a baixa estabilidade da disputa no sistema político capixaba. Assim, na medida em que alcançamos a década de 1990 e 2000, o campo político fica mais dividido por vários partidos, dificultando extremamente a formação de qualquer tipo de coalizão voltada para a retomada da liderança do estado nas questões econômicas (OLIVEIRA, 2008).



Fonte: OLIVEIRA (2008)

Em tais circunstâncias, a característica básica do período foi a profunda dificuldade em termos de governabilidade. Qualquer tentativa de construção de governos de coalizão ficava impossibilitada ante aos interesses particulares de pequenas bancadas e/ou indivíduos. Em relação a essas dificuldades, notórios são os governos que estiveram a frente do Espírito Santo a partir de 1990 - Albuíno Azeredo (1991-1994), Vitor Buaiz (1995-1998), José Ignácio Ferreira (1999-2002) – em que a situação foi se agravando sucessivamente em termos de perda de eficiência gestora e credibilidade política.

Assim, se por um lado Rodrigues (1973) e Medeiros (1977) cunharam a expressão *desautonomia relativa* querendo dizer com isso que a capacidade de condução do processo de desenvolvimento da economia por parte do Estado estaria diminuída por conta da entrada em operação das empresas oriundas dos GP's, por outro lado, o que se verificou foi uma aprofundamento de uma

desautonomia política que se mostrou incapaz de formar coalizões em torno de novas visões e novas possibilidades que impulsionasse a economia capixaba a novo saltos, principalmente em convergência com a instalação de um novo paradigma econômico que estava centrado nas tecnologias da informação e da comunicação e na diminuição relativa da importância dos produtos e serviços baseados em matéria e energia.

Assim, o que se verificou foi uma ascensão do mercado como coordenador da dinâmica econômica capixaba que aprofundou o caráter conservador da economia capixaba, caráter este que não foi modificado mesmo no período recente, como se verá no próximo item.

2. MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E O DESEMPENHO DA ECONOMIA CAPIXABA NOS ANOS 1980 E 1990

A ECONOMIA CAPIXABA NA DÉCADA DE 1980

Já são conhecidos os principais determinantes e as principais consequências da grave crise econômica pela qual passava o Brasil na década de 1980. O aprofundamento do endividamento externo, o descontrole das contas públicas, a derrocada de todos os planos de estabilização monetária tentados no período e a distensão política agravada pela transição do regime autoritário para o democrático foram elementos inibidores e impeditivos do crescimento brasileiro, que girou em torno de 2% anuais em toda a década.

Apesar disso, o Espírito Santo permaneceu com taxas de crescimento econômico acima da média nacional o que o fez, em certo sentido, sofrer menos o impacto da ‘década perdida’. Os dados de Caçador (2008) confirmam que a economia capixaba crescia a uma taxa média anual na ordem de 11,5% na década de 1970, ao passo que o Brasil crescia em média 10,3%. Já nos anos 1980 cresceu 2,9%, enquanto a economia nacional avançava apenas em torno de 2%. O crescimento capixaba foi liderado pelo setor industrial, que se expandiu a uma taxa média de 22,3% ao ano, seguido do setor agrícola (9,3%) e do setor terciário (7,5%).

Tabela I - Taxa média anual de crescimento do PIB, Espírito Santo e Brasil (1960-198)

Variáveis	1960		1970		1980	
	ES	BR	ES	BR	ES	BR
Agricultura	1,5	-0,5	9,3	8,1	-5,1	-0,5
Indústria	17,4	11,5	22,3	13,6	3,0	1,7
Terciário	10,6	8,8	7,5	7,5	1,5	2,5
TOTAL	8,1	7,7	11,5	10,3	2,9	2,0

Fonte: Caçador (2008)

Pela década de 1980 foram consolidados os investimentos oriundos dos GP's e permitiram um avanço da participação capixaba no comércio exterior brasileiro, além de consolidar seus laços com a economia nacional por meio de sua industrialização de insumos complementares ao setor de bens de capital no Brasil. Para se ter uma idéia, a participação capixaba nas exportações brasileiras saltou de 0,9% em 1970 para 3,6% em 1980. Já a participação relativa do PIB capixaba nas contas nacionais saiu de 1,0% em 1975 para 1,5% em 1980 (MOTA, 2002).

Para a economia brasileira, apesar de nos anos de 1980 serem considerados como a ‘década perdida’, alguns setores apresentam bom desempenho, como foi o caso dos setores ligados à pauta exportadora: papel e celulose, metalurgia, agro-industriais, química e a indústria extrativa. Já os setores que mais sofreram foram os de bens de capital e o de consumo duráveis, que apresentaram queda de 44% e 8% entre 1980 e 1992, respectivamente (COUTINHO E FERRAZ, 1994). Como a

estrutura produtiva do Espírito Santo ficou centrada nos setores industriais ligados aos GP's, ou seja, setores exportadores, sua economia apresentou o mesmo dinamismo dos setores exportadores no período.

Isso porque, em termos internacionais, em meados da década, a economia norte-americana superou as dificuldades vividas entre 1981 e 1983 e retomando os índices de crescimento, restabeleceu as condições favoráveis à expansão do comércio mundial. Por sua vez, essa expansão favoreceu fortemente as indústrias situadas no Espírito Santo, com seria o caso da Samarco, Aracruz Celulose, CVRD e CST. Por outro lado, ainda nesse período tornou-se mais importante a diversificação e modernização da agricultura capixaba, impulsionadas principalmente por novas formas de financiamento da agricultura via BANDES e para revitalização da agricultura do café. Em 1988 já eram 740 milhões de cafeeiros plantados, ou seja, praticamente três vezes mais do que em 1970.

Principalmente baseada na cultura do conilon e com o apoio de uma institucionalidade voltada para a geração de novos conhecimentos e novas tecnologias produtivas no setor, registrou-se também um avanço extraordinário da produtividade (VILLASCHI E FELIPE, 2010). A tabela abaixo deixa claro a revitalização da cultura cafeeira no Espírito Santo.

Tabela II – Número de cafeeiros plantados no Espírito Santo 1960-1988

Ano	Número de cafeeiros
1960	447.645.103
1970	234.845.114
1975	247.165.671
1980	447.114.159
1988	740.000.000

Fonte: Rocha (1988)

A isso, conjugaram-se ainda as oportunidades industriais e comerciais decorrentes do acelerado processo de urbanização. A concentração cada vez maior de pessoas nos municípios da Grade Vitória (Vitória, Cariacica, Serra, Vila Velha e Viana) levou ao surgimento de novas indústrias de bens-salários, o que fez consolidar uma estrutura baseada em micro e pequenas empresas, porém bastante diversificada. A idéia básica é que a ampliação do mercado consumidor e da renda urbana local ampliam as possibilidades de crescimento das atividades voltadas para esse mercado específico tais como materiais de construção, serviços de construção civil, hospitais e clínicas, escolas, supermercados, etc.

Tabela III: População, total e urbana, Espírito Santo e Brasil (1960-1991)

Variáveis	1960		1970		1980	
	ES	BR	ES	BR	ES	BR
Pop. Total (Mil Hab)	1.189	70.625	1.599	93.135	2.023	119.011
Pop. Urb. (Mil Hab)	379	31.303	722	52.097	1.293	80.437
Tx de Urbanização	31,9	44,3	45,2	55,9	63,9	67,6

Fonte: Caçador (2008)

No entanto, dois elementos cruciais para a continuidade do crescimento começaram a dar mostra de seu esgotamento na segunda metade da década: a capacidade de liderança do Estado em relação ao processo de desenvolvimento da economia capixaba e, por outro lado, o influxo de seu aparato técnico-burocrático e de seu sistema institucional de fomento às atividades produtivas.

Embora em termos nacionais a crise já tivesse sido instalada no início da década, no caso capixaba os investimentos ainda fluíram até a metade de década. O desmonte gradual do aparato de incentivo ao crescimento econômico e à descentralização regional da indústria brasileira, dado, principalmente pelas dificuldades fiscais que passam a ser cada vez mais crônicas no governo central diminuiu o fluxo de recursos para o Espírito Santo. Desta forma, o reposicionamento do governo federal e o início das ações voltadas para a desestatização e a predominância das políticas

macroeconômicas contracionistas comprometeram a continuidade do investimento no Espírito Santo nos mesmos patamares que vinham sendo observados a partir da década de 1960.

Por outro lado, a partir de meados da década parece haver uma involução da institucionalidade do executivo estadual que fora usada para impulsionar a mudança estrutural e o crescimento da economia do Espírito Santo. Em primeiro lugar porque os fluxos de recursos administrados pelo GERES/BANDES começaram a diminuir consideravelmente. Em segundo lugar porque as composições políticas regionais acabaram também por dificultar novas coalizões em torno do desenvolvimento capixaba, como discutido no item anterior.

Não quer dizer-se com isso que algumas tentativas de dinamização não foram tentadas. Exemplo disso foi a Resolução Normativa 147/1980 que remodelava os parâmetros do crédito de forma a incentivar a interiorização dos recursos. Os resultados, porém, foram distantes do esperado. Durante toda década de 1980, o que se verificou foi uma continuidade do fluxo de investimentos e de financiamento para a região centra do Estado (Grande Vitória e municípios vizinhos), conforme a tabela abaixo:

TABELA IV – PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NOS INVESTIMENTOS DECORRENTES DAS OPERAÇÕES GERES/BANDES 1981 a 1990

Região	Investimento Total
Noroeste	4,3%
Litoral norte	14,5
Central	69,4
Sul	5,7

Fonte: Mota (2002)

As tentativas de dinamização também giraram em torno do aumento do investimento em C&T nas empresas. A idéia básica era promover a modernização das empresas a fim de que elas ocupassem mais espaços nas contratações das grandes plantas industriais, oriundas dos GP's. Ao final da década, destaca-se a criação dos centros tecnológicos (principalmente mármore e granito, confecções e metalmeccânica, café e software – já no início dos anos 1990) e a criação no BANDES do PADTES – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico). No caso dos setores sem relação direta com os GP's, os centros estimulariam a competitividade empresarial e a capacitação para geração de inovações que permitissem, além da consolidação da participação das empresas no setor, também sua expansão para além das fronteiras capixabas.

Em outros casos – aqueles centros voltados para as empresas prestadoras de serviços às grandes plantas industriais -, as iniciativas lograram, em alguns casos e ao final da década, aumentar a competitividade empresarial nos respectivos setores, o que permitiu um grau maior de autonomia empresarial e de aproveitamento de oportunidades derivadas da operação das grandes empresas. Isso ainda foi aprofundado através da atuação da FINDES e do Sebrae-ES, com programas específicos para a capacitação tecnológica das empresas. O que se observou foi um avanço da participação relativa das empresas capixabas no conjunto de contratos e contratações efetuadas pelas grandes empresas. Assim, os centros acabaram por capacitar as empresas capixabas, antes tidas como ineficientes, a ser fornecedores modernizadas. Ou seja, conquistaram um espaço privilegiado em termos de serviços avançados.

O fundamental é que o clima positivo da década de 1980 e os projetos de modernização levaram parte das empresas capixabas a implementar uma reestruturação tecnológica e gerencial e passaram por construir uma estrutura positiva mais próxima das demandas das de grandes empresas, capixabas e nacionais, garantindo novas taxas de crescimento da economia capixaba no período.

Assim, o que se pode extrair da década de 1980, para a economia capixaba, é o desalojamento do Estado da posição de liderança da dinamização econômica e a importância da decisão descentralizada, por parte do empresariado local, de aproveitamento da continuidade do crescimento econômico acima da média nacional.

Ainda que a crise tenha batido à porta na segunda metade de década, não se logrou formar um consenso em torno das ações prioritárias para lidar com as necessidades criadas em torno das dificuldades que estavam se desenhando. Num ambiente como esse, muito menos foi possível a geração de novas visões sistêmicas que permitissem a formação de coalizões para proporcionar novos saltos qualitativos à economia capixaba já que a década assiste um assentamento das atividades oriundas dos GP's.

Assim, sem um quadro de necessidade premente, sem novas visões e tendo o Estado sido deslocado de sua posição de liderança, toda a dinâmica econômica do Estado a estar submetida às lógicas puramente mercantis tendo o mercado como líder dinamizador da economia.

A economia capixaba na década de 1990

A estrutura industrial capixaba sofreu poucas alterações na década de 1990. Com o perfil econômico definido e predominantemente urbano-industrial, consolidou-se uma estrutura produtiva que tem como principal característica a presença de grandes plantas industriais produtoras de semi-elaborados destinados à exportação, uma quantidade expressiva de grandes e médias empresas voltadas para o mercado nacional e mais uma massa de pequenas e médias empresas de produção voltada para o mercado local.

O aprofundamento do processo de privatização levado a cabo pelo Governo Federal mudou a propriedade das empresas dos Grandes Projetos, mas nenhuma alteração significativa pode ser verificada na indústria. A rigor, o processo de privatização afetou o Espírito Santo ainda em 1989 quando foi privatizada a Companhia Ferro e Aço de Vitória, que teve seu controle acionário vendido pelo BNDES a grupos paulistas. Em 1992 foi privatizada a CST. A participação do Governo Federal na siderúrgica foi mantido via CVRD, ainda que de forma minoritária. Em 1993 foram vendidas as ações da ESCELSA. Como aconteceu também em termos nacionais, essas mudanças estiveram apenas ligadas à transferência de propriedade, em quase nada repercutindo na estrutura produtiva capixaba.

A tabela abaixo dá conta de mostrar que a participação relativa da indústria na formação do PIB capixaba, que era de 36,2% na década de 1980, passou para 36,4% ao final da década de 1990. A diminuição relativa da agricultura na formação de riqueza se deu em função das atividades terciárias, que subiram de 48,5% em 1980 para 57,6% na década seguinte.

Tabela V – Composição setorial do PIB do Espírito Santo e Brasil (1960-2004)

Variáveis	1960		1970		1980		1990	
	ES	BR	ES	BR	ES	BR	ES	BR
Agricultura	41,8	27,6	20,8	12,5	14,7	10,2	6,0	8,0
Indústria	5,3	21,6	13,2	30,6	36,2	41,2	36,4	40,4
Terciário	52,9	50,8	66,1	56,9	49,1	48,5	57,6	51,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Caçador (2008)

Em termos de dinamização econômica, entra-se em um novo momento. Embora as empresas dos Grandes Projetos tenham continuado a influenciar decisivamente na dinâmica econômica estadual e sua participação da geração de riqueza tenha continuado a ser importante, as taxas de crescimento anuais passaram a ser menos dependente dessas empresas. Outros fatores como a diversificação e interiorização da economia capixaba, o crescimento das importações estaduais via companhias importadoras (*tradings*), a extração de petróleo e gás e a evolução de arranjos produtivos locais foram fundamentais para o crescimento da década e passaram a dividir com as grandes empresas a participação na taxa de crescimento. Assim, a principal característica da economia capixaba a partir

dos anos 1990 foi a sua diversificação, porém, ainda com significativa concentração na produção de *commodities*.

Esse processo de modernização da economia do Espírito Santo se revelou, porém, eivado de contradições, irregularidades e imprevisibilidades. Isso porque, apesar de ter redimensionado o Espírito Santo perante a Região Sudeste e o Brasil, fazendo aumentar a sua importância estratégica, é patente o caráter conservador e reativo de suas bases, apesar dos indicadores de crescimento e dinamismo do setor secundário. Isso porque, a despeito de tal crescimento, o estado ainda está longe da dinâmica econômica dos demais estados do Sudeste, especialmente em termos de enraizamento da capacidade de inovar, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela VI – Participação relativa no VTI do Espírito Santo (1960-2005)

Grupos de atividades	1960	1970	1985	1996
Produtores de <i>commodities</i>	8,1	17,9	49,9	53,5
Produtos duráveis de consumo	0,4	2,3	6,9	1,5
Indústrias tradicionais	71,1	55,2	27,4	25,8
Indústrias difusoras de progresso técnico	1,7	1,6	7,0	3,2
Sub-total	81,3	77,0	91,2	84,0
Demais setores	18,7	19,8	8,8	16,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Caçador (2008)

No plano nacional, a adoção a partir da década de 1990 de uma política monetária liberalizante, centrada no câmbio valorizado entre 1994 e 1999 somada à ideologia de liberalização do comércio incentivou a entrada maciça de produtos importados. Como os instrumentos incentivadores da operacionalização da importação pelos portos do Espírito Santo já estavam amplamente consolidados pelo FUNDAP, a revitalização da estrutura logística capixaba. Ou seja, a liberalização comercial e a lógica de importação impulsionada pelo Plano Real permitiram a ampliação das importações. O coeficiente de abertura da economia capixaba – dado pela relação importações/PIB alcançou 21,5% no final da década de 1990, enquanto em termos de Brasil essa relação girou em torno de (MOTA, 2006).

O aumento das importações ainda fomentou novos investimentos em retroáreas portuárias, em entrepostos aduaneiros, nas Estações Aduaneiras Interior (EADIs), e em outros serviços de suporte logístico. Destacaram-se o Grupo Coimex, Grupos Cotia/Guimarães, Grupo Silotec, entre outros. Ainda a Lei de modernização dos portos (Lei 8630/1993) e os esforços em torno da consolidação do Corredor Centro-Leste impulsionaram outras decisões de investimento no Espírito Santo, principalmente com novos investimentos nos portos de Tubarão, Portocel, Praia Mole e Ubu. O que se viu, então, foi a formação de uma competência logística capixaba, centrada nas empresas e dinamizadas/impulsionadas por elas mesmas, ou seja, sem o suporte de uma política pública. Era, como se já colocou antes, o próprio mercado dando conta de se posicionar como coordenador da geração de competências empresariais capixabas, com total ausência da mão visível do Estado nesse processo.

Se a liberalização comercial do início da década e o aprofundamento das opções liberalizantes a partir de 1994 criaram nas empresas brasileiras a necessidade de um ajuste defensivo, no caso da economia capixaba esse ajuste – que também aconteceu nas empresas aqui instaladas – foi contrabalanceado pela expansão dos investimentos nas grandes empresas, que aumentam consideravelmente a sua capacidade produtiva. Porém, essa onda de investimentos, se por um lado serviu como um colchão amortecedor do ajuste defensivo que precisou ser realizado, por outro lado, aprofundou a lógica de especialização da economia capixaba em *commodities* industriais e aprofundando sua relação com a dinâmica da economia mundial. O resultado foi um expressivo aumento do grau de abertura externa da economia capixaba – agora dado pela relação

exportações/PIB - acima de média nacional: seu coeficiente de exportação passa de 6,5% do PIB em 1970 para 23,9% no final da década de 1990.

Em termos de institucionalidade voltada para a C&T, na década de 1990, o FUCITEC (Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia) e o FACITEC (Fundo Municipal de Ciência e Tecnologia) constituíram nas principais ações voltados para o incremento das atividades de C&T e para a modernização das empresas capixabas.

No entanto, o aprofundamento da crise brasileira e a mudança da lógica de atuação do Governo Federal e a desorientação política na qual mergulhou o Estado seriam fatores impeditivos da necessária articulação entre os atores envolvidos nesse aparato voltado para a C&T. Ao final da década, os resultados em termos de operacionalização desses fundos eram pouco expressivos.

Por essa ótica, apesar do seu inquestionável avanço, o Espírito Santo, na década de 1990 repetiu a mesma lógica já enfrenta em séculos de história econômica: não foi capaz de se inserir no centro dinâmico da economia brasileira, apesar de sua proximidade geográfica^{vii}. Não foi capaz de se construir em novas visões de desenvolvimento.

3. DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES E AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

A diversificação da economia capixaba e a interiorização de sua dinâmica estiveram, em parte, ligados à formação de Arranjos Produtivos Locais – APL's. O termo Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, cunhado nos estudos e desenvolvimentos teóricos da REDESIST, designa conjuntos de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, atuando tanto nos setores primário e secundário quanto no terciário, e que apresentam vínculos formais ou informais ao desempenharem atividades de produção e inovação. Os APLs geralmente incluem empresas produtoras de bens e serviços finais; fornecedoras de bens e serviços (matérias-primas, equipamentos e outros insumos); distribuidoras e comercializadoras; consumidoras; organizações voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento; cooperativas, associações, sindicatos e demais órgãos de representação.

Em termos de sua participação na economia capixaba, vale dizer que eles, a partir de suas respectivas consolidações, principalmente a partir da década de 1980, passaram a ser considerados os vetores de descentralização da economia do Espírito Santo. Por essa ótica, os APLs, nas décadas de 1980 e 1990 responderam aos estímulos de mercado e foram cruciais para a continuidade da taxa de crescimento da economia capixaba acima da média nacional.

Breve caracterização dos APLs capixabas

Os APLs aqui apresentados foram selecionados a partir do critério de terem sido identificados como apoiados por políticas públicas segundo as entidades mapeadoras mencionadas no item anterior. Ressalte-se que, conforme ali visto, os mapeamentos utilizaram-se tanto de métodos quanto de conceito (do que entendiam como arranjos produtivos locais) diferentes.

^{vii} A respeito disso, ver Caçador (2008).

APL da Aqüicultura e pesca

A aqüicultura no Espírito Santo se desenvolveu mais firmemente na década de 1990, com a diversificação dos sistemas de cultivo, cada vez mais intensivos e tecnificados. Segundo o SEBRAE-ES (2007, p. 21), a “o estado destaca-se no cenário aquícola nacional pela aptidão multidisciplinar e pelo modelo de organização e profissionalização de políticas e programas governamentais regionais ou estaduais para o desenvolvimento do setor”. Ainda de acordo com o SEBRAE-ES (2007), o APL de aqüicultura tem estreita ligação com o APL de Agroturismo, que se constitui também uma atividade ligada à aqüicultura. Isto porque os piscicultores são, em geral, pequenos produtores e utilizam a piscicultura para agregação de renda à atividade rural. O SEBRAE-ES dirige o PROGRAMA AQUICULTURA SEBRAE que pretende organizar a cadeia de produção aquícola. A este projeto estão agregados os municípios de Muniz Freire, Domingos Martins e Afonso Cláudio e envolve 40 produtores rurais, distribuídos nos municípios participantes do APL e também do APL de turismo (SEBRAE, 2007).

APL da Produção de Cachaça

Considera-se que a produção de aguardente no Espírito Santo se desenvolve em volumes diários de até 15.000 litros/dia. Aqueles que podem ser considerados *produtores artesanais*, no caso de *cachaça*, produzem apenas em pequena quantidade (de até 100.000 litros/ano), sendo processada através de alambiques/condensadores de cobre. A partir do ano de 1998, os produtores capixabas estruturaram, na região centro-serrana, a Cooperativa dos Produtores de Cachaça do Espírito Santo – UNICANA, agrupando os produtores de cachaça da região de São Roque do Canaã. Igualmente ocorreu na região sul, na qual foi criada, em 1999 a Cooperativa dos Produtores de Aguardente do Sul do Espírito Santo (Coopas). No norte, os produtores se reuniram na Associação de Produtores de Cachaça Artesanal do Norte do estado do Espírito Santo (APROCANA), criada no ano de 2001. Essas três entidades abrigam pouco mais de 100 produtores. A partir do ano de 1999, o SEBRAE/ES e o Instituto Capixaba de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), com o apoio outras organizações, passaram a se direcionar mais intensamente às atividades relacionadas à produção e comercialização de cachaças. Essa parceria resultou em uma transformação no setor, bem como na maneira de pensar do produtor, sobretudo no que tange a agregar valor através da produção de cachaças especiais (armazenadas em barris de madeira).

APL da Fruticultura

A fruticultura tem se tornado um importante fator de geração de oportunidades de negócios no Espírito Santo. Incluindo atividades econômicas rentáveis na área de prestação de serviços, assistência técnica e inovação tecnológica e industrial, que é um dos principais elementos de agregação de valor ao produto. Atualmente o Espírito Santo dispõe de uma área plantada de 85 mil hectares, com uma produção anual na ordem de 1,2 milhão de toneladas. Isso gera cerca de 50 mil empregos diretos no processo de produção, com uma renda anual de superior a R\$ 400 milhões, números que fazem a fruticultura a segunda maior atividade agropecuária do estado, perdendo apenas para o café (COSTA & COSTA, 2007).

APL da Fruticultura do Coco

No Espírito Santo o cultivo do coco começa na década de 1960, em São Gabriel da Palha e mais recentemente houve maior interesse em cultivá-lo na região litorânea. A partir daí, a produção foi expandindo para os municípios da região norte, notadamente, São Mateus, Jaguaré e Conceição da Barra, atingindo cerca de 15 mil hectares de área plantada em 2002 (SILVA, 2008). A área ocupada pelo plantio do coco no Espírito Santo é de 14.323 há, e o rendimento médio é de 72 frutos/planta/ano, o que equivale a 14,4 mil frutos/há (SILVA, 2008).

APL da exploração de Petróleo e Gás

A produção capixaba de petróleo, até 1984, se dava primordialmente em área terrestre e chegou a atingir 25 mil barris por dia, decrescendo para menos de 10 mil barris por dia no ano de 1990. A produção volta a aumentar em 2002 por conta da revitalização terrestre e do desenvolvimento do campo de Fazenda Alegre, localizado no município de Jaguaré. Com a intensificação da atividade exploratória, ao norte, e com suas jazidas vinculadas à Bacia de Campos, ao sul, o Espírito Santo consolidou-se como uma nova província petrolífera com uma perspectiva otimista, mas ainda indeterminada, especialmente ao perfil da oferta futura de hidrocarbonetos. Além disso, a descoberta de óleo em águas profundas significa outro momento de revitalização da atividade, reforçando o adensamento do APL principalmente como prestador de serviços às empresas operadoras de exploração da região.

APL do Turismo

O Espírito Santo representa um grande potencial turístico, em razão da extensa litorânea, de aproximadamente 416 Km, com praias que possibilitam esportes náuticos, inclusive pesca esportiva. Um dos fatores determinantes para o Espírito Santo se destacar no turismo, não só litorâneo, mas também na região de montanha, foi a criação do “Programa do Agroturismo” em 1993, com o apoio das Secretarias Estaduais do Desenvolvimento Econômico (SEDES) e da Agricultura (SEAG) em parceria com o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE – ES) a fim de incentivar o desenvolvimento regional.

APL do Vestuário/Confecção da Grande Vitória

Na década de 1990, a indústria de confecção de todo o estado, sobretudo de Vila Velha e Colatina, investiu no desenvolvimento tecnológico, com a aquisição de máquinas modernas, aprimoramento da qualidade dos processos e a busca de novos mercados para comercialização (FERRETTI, 2006). Atualmente é composto por 16 mil empresas, que geram algo em torno de 23 mil empregos diretos e é constituído, predominantemente, por micro e pequenas empresas, 98% do total, que geram uma produção anual de 73 milhões de peças e receita anual de aproximadamente R\$ 400 milhões (ALBANESES JUNIOR, 2008).

APL de Confecções de Colatina

O Arranjo Produtivo de confecções em Colatina se destaca pela produção de jeans, que representa em torno de 80% da produção local, porém outra atividade importante é a produção de roupas de malha, roupas sociais, principalmente masculinas (SEBRAE, 2007b). O APL do Vestuário/Confecções de Colatina apresenta ainda outras atividades como prestação de serviços de facção, de lavanderia, limpeza de roupa, serviços de estamparia e de serigrafia, além de serviços especializados em serviços de bordadeiras e estilistas. Ainda de acordo com o SEBRAE (2007b), o arranjo é composto por aproximadamente 500 empresas (formais e informais), das quais 97% são micros e pequenas e 3% são médias ou grandes. Em relação à espacialidade do APL, o município de Colatina é o mais representativo do APL. Nele estão localizadas 69% das empresas, que geram 65% dos empregos, ao mesmo tempo em que em São Gabriel da Palha temos 31% das empresas e 35% dos empregados (SEBRAE, 2007).

APL de Logística

De forma abrangente, as atividades econômicas ligadas a esse APL são aquelas necessárias às atividades comerciais de compra e venda, contratação de transporte, seguro, transportes intermediários, armazenagem, consolidação e desconsolidação de *containers*, preparo e envio de

documentação, desembaraço de carga etc. sempre voltadas para o comércio exterior. Por conta disso, sua concentração se dá naqueles municípios do litoral, principalmente naqueles onde estão localizados os complexos portuários marítimos. Embora seja importante para a economia local, dada a dependência da dinâmica capixaba para o comércio exterior, não há indicação de formatação de governança para a dinamização deste APL, exceção feita a ações reivindicatórias relativos a incentivos financeiros concedidos a importações feitas por empresas capixabas.

APL de Produção de Software

Segundo a Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV), o segmento de software apresenta um universo em torno de 50 empresas, com predomínio de micro e pequenas empresas, todas com menos de 10 anos de existência. 27,3% dos empreendimentos do setor na Grande Vitória, são microempresas (que possuem de 1 a 9 funcionários). As pequenas empresas representam 63,7% do total que, juntamente com as micro, totalizam 90% do total das empresas da região metropolitana. Estas respondem por 72,2% dos empregos gerados nessa atividade econômica, o que demonstra a importância em se desenvolver políticas públicas para o setor.

APL de Móveis da Grande Vitória

A exploração madeireira no norte do Espírito Santo iniciou-se de modo paulatino a partir da década de 20 com a ocupação das terras devolutas existentes nesta região, e avança nas décadas seguintes (VILLASCHI & BUENO, 2000). Momento marcante da atividade madeireira na região norte do Espírito Santo, foi a década de 1960, isso em decorrência da injeção de recursos oriundos das indenizações pagas aos produtores de café inseridos no programa de erradicação dos cafezais. Esse contingente, vindo da região Sul do estado, principalmente, buscava terras para o cultivo da produção cafeeira. A atividade madeireira deslança também por ocasião do quase completo esgotamento das reservas florestais nos estados vizinhos ao Espírito Santo, especialmente Rio de Janeiro e Minas Gerais.

APL de Móveis de Linhares

Atualmente, o APL de Móveis de Linhares está voltado, primordialmente, para a produção de móveis residenciais (cerca de 60%), seguido dos móveis para escritório (25%) e aquela mobília voltada para consultório, restaurantes, hospitais, etc., correspondem 15% da produção (GUEDES, 2008). Existem no setor aproximadamente 678 empresas atuantes no estado do Espírito Santo, entre pequenas, médias e grandes, constantes nos cadastros do IEL. E dos três sindicatos do setor (Sindmadeira, Sindimol e Sindmóveis), e um grande número de empresas informais (MURAD, 2007).

APL da Indústria Metalmeccânica

Embora, desde os anos 40, as empresas do segmento siderúrgico como a Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) já estivessem instaladas no Espírito Santo, até meados dos anos 1970 não se desenvolveu qualquer tipo de relação entre estas grandes empresas e as metalmeccânicas locais. Com o projeto de descentralização do desenvolvimento no país (ainda na década de 1970) e a instalação de grandes empresas no Espírito Santo, inicia-se a produção – ainda de forma tímida e incipiente – de alguns acessórios e peças para estas empresas. Com isso, se inicia, dentro do segmento metalmeccânico, o desenvolvimento de serviços de manutenção e montagem em máquinas e equipamentos. Além disso, se observou uma grande dependência das indústrias do segmento metalmeccânico capixaba às grandes empresas clientes como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), Samarco Mineração S.A., Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) e Aracruz Celulose S.A.,

empresas que compravam 69% dos serviços oferecidos pelo segmento. Assim, a indústria metalmeccânica no Espírito Santo está ligada, historicamente, à instalação das empresas, ou grandes projetos, que tanto na década de 1980 quanto na década de 1990, demandaram das empresas metalmeccânicas a fabricação de peças e acessórios para instalação e reposição, montagem e manutenção industrial (VILLASCHI & LIMA, 2000).

APL de Rochas Ornamentais

O setor de rochas ornamentais (mármore e granito) no Espírito Santo é formado por dois núcleos centrais, nos quais se localizam a maioria das empresas extratoras e beneficiadoras do mármore e granito. O primeiro núcleo de aglomeração se localiza em torno do município de Cachoeiro de Itapemirim, na região sul, e o segundo, em torno do município de Nova Venécia, ao norte do estado (VILLASCHI & SABADINI, 2000). A vocação portuária do estado favoreceu a atividade exportadora, transformando o Complexo Portuário de Vitória no maior pólo brasileiro de exportação de rochas brutas e processadas. Por sua vez, a malha de ligação rodo-ferroviária centralizada pela Estrada de Ferro Vitória/Minas – EFVM, também contribuiu para o escoamento e distribuição da produção oriunda do estado de Minas Gerais. O número de empresas capixabas exportadoras de rochas evoluiu de 86 em 1997 para 154 em 2000, quando o estado passou a concentrar 30% das empresas de exportação do Brasil. É o maior exportador de rochas ornamentais brutas e manufaturadas.

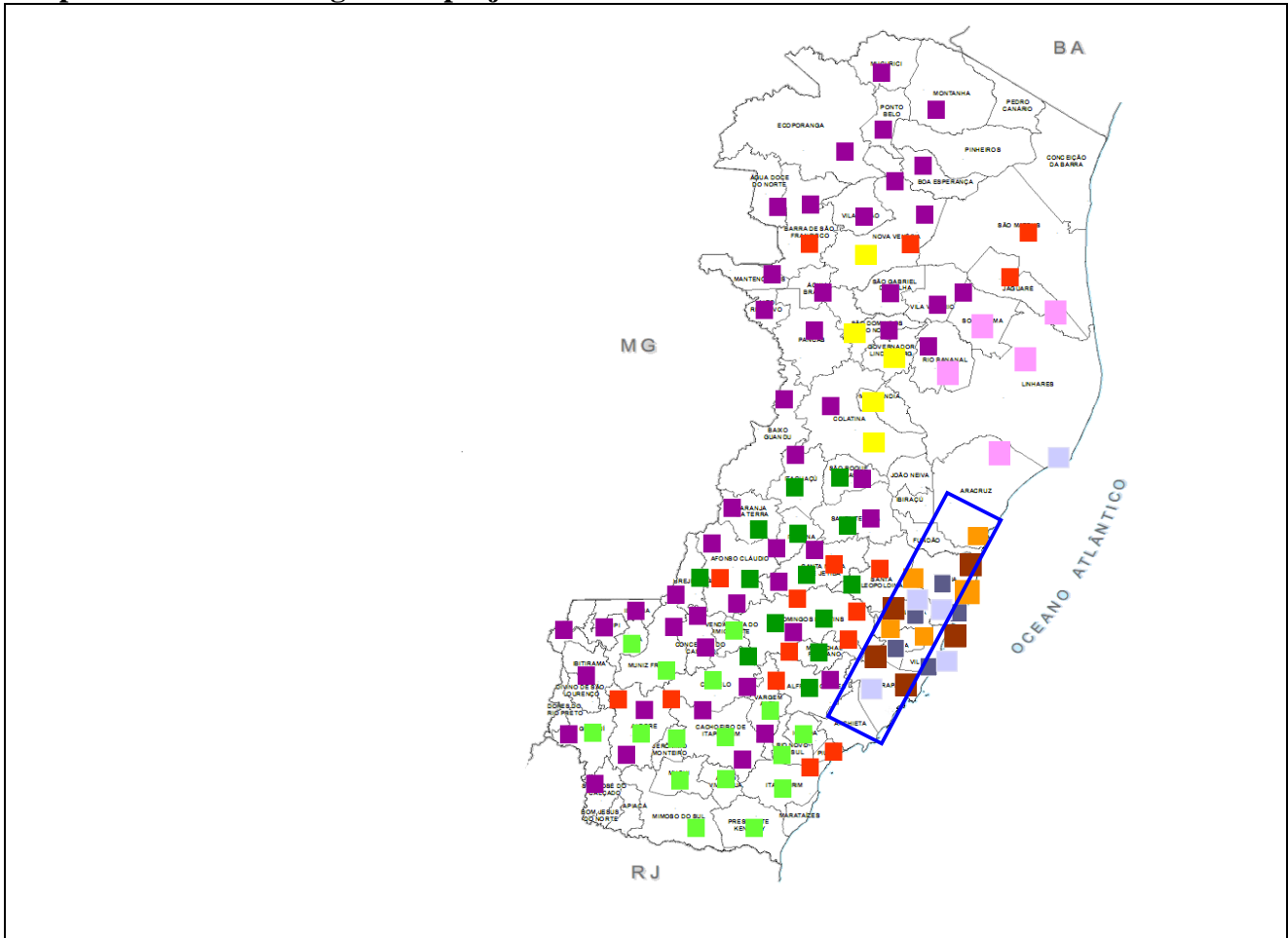
APL do cultivo de café

O Espírito Santo destaca-se como o segundo maior produtor nacional de café, perdendo apenas para o estado de Minas Gerais. Na produção da espécie *conilon*, é o maior produtor com 70,1% da produção brasileira. E em virtude da expansão do seu cultivo, atualmente essa espécie está presente em 65 dos 78 municípios capixabas, abrangendo tanto os aspectos econômicos quanto os sociais, pois emprega 220 mil trabalhadores somente no setor de produção, em aproximadamente 40 mil unidades produtivas. O Espírito Santo foi o pioneiro, em nível nacional, no cultivar de café *conilon* em escala comercial. O município de São Gabriel da Palha foi o primeiro município capixaba a investir na produção neste tipo de café em virtude, principalmente, dos interesses da administração pública local, de produzir e distribuir gratuitamente as mudas aos produtores rurais, com o intuito de minimizar os efeitos do programa de erradicação dos cafezais improdutivos (FREITAS, 2009). Atualmente, os maiores produtores do Espírito Santo são os municípios de Jaguaré, Sooretama, Vila Valério, São Mateus, Rio Bananal, Pinheiros, Nova Venécia e Linhares.

4. O PAPEL DOS APLS NA GERAÇÃO DE EMPREGO, DE RENDA E NA DESCENTRALIZAÇÃO DA DINÂMICA ECONÔMICA CAPIXABA

Dois elementos de análises são fundamentais para entender o papel que desempenham os APLs na economia capixaba – a distribuição espacial da renda e do emprego pelo território estadual. Assim, embora os Grandes Projetos - produtores de *commodities* para exportação – respondam por 80,3% da formação do PIB capixaba, sua localização concentra-se em apenas 5% do território capixaba. Desta forma, vale dizer que os APLs cumprem papel fundamental no sentido de promover maior dinâmica econômica e desenvolvimento no interior do Estado, se tornando, em alguns casos, a principal atividade econômica da região. O caso mais marcante dessa contribuição para uma melhor distribuição espacial da renda e do emprego, e o do APL do café, está presente na maioria dos municípios capixabas, contribuindo, inclusive para a permanência do trabalhador nos em áreas fora da Região Metropolitana da Grande Vitória. O mapa abaixo dá uma dimensão da centralização das empresas fruto dos GPs (retângulo azul) e o papel descentralizador dos APLs.

Mapa 1 – Distribuição dos Arranjos Produtivos Locais no Espírito Santo e localização das empresas oriundas dos grandes projetos



Fonte: Elaboração a partir dos mapeamentos do SEBRA-ES e NE/APL-ES

O segundo elemento de análise da importância dos APLs diz respeito à geração de emprego e renda. A tabela 2, abaixo, dá uma indicação da geração de emprego formal por APL, considerando os dados da RAIS e SEFAZ de 2006. Além disso, apresenta a participação relativa do APL para a atividade econômica no Estado, além da importância econômica para a região onde se encontra.

TABELA VII – VALOR DAS ENTRADAS (COMPRAS) DO APL, SEGUNDO OS DADOS DA SEFAZ/ES PARA O ANO DE 2006

Denominação do APL	Emprego Formal	Indicador de densidade fiscal (VS/Emp)	Participação do APL no total das vendas locais (%)	Participação do APL no total das vendas das atividades no Estado (%)
Rochas Ornamentais	3 0.648	66. 193,78	31, 75	39,9 8
Turismo	1 9.012	3.1 86,49	0,1 6	27,8 2
Software	2 .016	3.3 03,99	0,0 1	96,9 2
Logística	1 9.553	86. 477,12	1,5 6	83,5 6
Petróleo e Gás	2 .262	4.3 14.784,17	16, 46	85,6 1
Confecções da GV, Confecções de Colatina	3 1.211	29. 563,00	1,5 9	64,2 5
Cachaça Nova Venécia	3 .639	21 6.633,78	21, 65	49,7 0
Fruticultura	8 .056	83 5,76	0,3 2	4,04
Fruticultura do Coco	2 285	93. 941,23	5,1 6	24,6 3
Café Conilon Região Noroeste	9 .987	14 0.970,01	28, 41	24,6 0
Cafeicultura	1 0.356	25 8.715,25	15, 99	47,6 9
Metalmeccânico da GV	1 9.969	51 0.470,89	9,5 6	95,0 3
Aqüicultura e Pesca	2 29	3.5 42,42	0,0 1	80,6 0
Agronegócio da Região Serrana	1 8.489	1.8 92,05	2,9 1	1,14
Móveis de Linhares	1 4.706	31. 327,76	6,4 4	37,5 2
Móveis da GV	9 196	11. 930,54	0,1 0	16,7 5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SEFAZ/ES e RAIS.

TABELA VIII – COMPOSIÇÃO SELECIONADA DE EMPREGOS FORMAIS NO ESPÍRITO SANTO

GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL NO ESPÍRITO SANTO	QTDDE	QTDDE
Arcellor Mittal Tubarão (2006)	4.356	
Aracruz Celulose (2007)	2.665	
Samarco Mineração AS	1.700	
Vale - no Espírito Santo (2008)	7.500	
Arranjos Produtivos Locais (2006)		201.614
TOTAIS	16.221	201.614

Fonte: Relatórios Anuais das empresas e RAIS (2006).

Por último, mas nem por isso menos importante, vale destacar que a importância política de toda e qualquer programa de dinamização de APLs no ES pode ser mensurada pelo peso relativo que esses têm na geração de empregos formais. Os dados que constam da tabela acima são claros para comparar e contrastar as diferenças do peso sócio-econômico dos chamados Grandes Projetos (conforme visto anteriormente, responsáveis por mais de 2/3 do PIB Estadual) com o dos APLs (principais ocupadores da força de trabalho do ES).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALGUNS PONTOS DE REFLEXÃO SOBRE AS DÉCADAS DE 1980 E 1990

As inovações institucionais voltadas para o crescimento e desenvolvimento da economia capixaba se deu, no período recente, basicamente nas décadas de 1960 e 1970. Embora se possa afirmar que, em parte, essa institucionalidade continuou sendo fundamentalmente a mesma, a sua involução se deu no sentido de que suas ações passaram a ser pouco propositivas ou pouco incentivadoras de mudanças qualitativas. O que se observou, para a maior parte do tempo a partir da década de 1980, foi uma mudança dos instrumentos mas que representavam a mesma natureza: de financiamento de atividades tradicionais que em nada, ou em muito pouco, contribuíram para mudar a estrutura produtiva capixaba.

Embora não se possa negar a importância do sistema GERES/BANDES, FUNRES, FUNDAP e BANESTES no período, eles operaram sem qualquer convergência que tivesse, como pano de fundo, uma ação transformadora da dinâmica capixaba. Como já colocado anteriormente, embora a economia do Espírito Santo tenha continuado a crescer acima da média nacional, continuou a ser um estado com reduzida participação no PIB brasileiro.

O significativo prolongamento das condições de crise nacional, gestadas na década de 1980 e que se aprofundaram na década de 1990, principalmente após a adoção dos parâmetros do *Consenso de Washington*, que se consubstanciou no modelo do Plano Real foi, por um lado, o último passo recente na ação do governo de diminuir sua influência na condução do processo desenvolvimentista da economia nacional. Por outro lado, significou a ascensão do mercado como instância dinamizadora e coordenadora da economia.

No caso capixaba, na década de 1990, o documento de peso voltado para a política pública em nível estadual foi a “Proposta de Estratégias de Interiorização do Desenvolvimento e Descentralização de Investimentos no Espírito Santo” (NEP/UFES 1993). Novamente, a questão de incrementar o desenvolvimento econômico no interior do estado foi colocada como central, visto que “(...) só uma articulação dos interesses públicos e privados, mediados pelo Estado capixaba, poderiam evitar a irreversibilidade do processo concentrador, deseconômico e eivado de externalidades negativas que caracterizariam a macrocefalia da Grande Vitória” (NEP/UFES 1993: 13).

As estratégias básicas do referido documento eram: 1) corredores logísticos (transformar Vitória em um importante centro de intermediação de produção e renda, provenientes do Centro-Oeste, Minas Gerais, Sul da Bahia e Norte do Rio de Janeiro); 2) qualificação da Metrópole (qualificar a metrópole como núcleo de integração sócio-econômica de todo o Estado e consolidá-la com um centro de referência nacional em serviços portuários e correlatos); 3) polinucleação urbana (integrar a produção estadual à lógica exportadora, de forma a evitar sua subordinação direta à metrópole, funcionando como base para a interiorização sustentável do desenvolvimento estadual); base produtiva agrícola (diversificação da atividade agrícola, mantida a cafeicultura como atividade central). Para cada uma dessas estratégias, estabeleceu-se os seguintes objetivos, que também atendiam as especificidades regionais do estado: 1) integração regional; 2) rede urbana; 3) meio ambiente; 4) projetos estruturantes; 5) agricultura; 6) turismo; 7) ciência e tecnologia; 8) infraestrutura de acumulação; 9) infra-estrutura social; 10) fomento.

Embora aí estivessem colocados os parâmetros principais para uma política pública voltada para a economia capixaba, como já colocado antes, o que se viu foi uma predominância das relações de mercado como propulsoras do crescimento do Espírito Santo, com desmobilização do Estado como coordenador do processo.

Dentro do apartado do Estado, o que se viu foi uma constante defesa dos GP's, mesmo quase duas décadas depois de sua operacionalização, mas que culminou com o aprofundamento do discurso em toro da vocação capixaba para o comércio exterior e para os serviços correlatos. A partir do momento que isso se tornou hegemônico no debate econômico estadual, resultou, mais uma vez, no esvaziamento do sistema estadual de fomento a política industrial implementada pelos GERES/BANDES. Esse discurso também contribuiu para diminuir os espaços de argumentação daquelas que defendiam uma nova rodada de integração com o mercado nacional, via novas capacitações das empresas capixabas.

Nesse sentido, a dita vocação para o comércio exterior e para grandes plantas produtoras de semi-elaborados representou uma fratura na orientação da política industrial regional que vinha sendo implementada e que, somado ao influxo da institucionalidades provocadas pela desorientação política das décadas de 1980 e 1990, levou a um aumento da influencia das questões externas sobre a economia capixaba.

Já na década de 1990, a partir da abertura comercial – no início da década – e da ultra abertura comercial – a partir do Plano Real -, potencializados pela adoção de preceitos econômicos liberais resultou no fortalecimento de um grupo de empresários – de dentro e de fora do estado – com interesses ligados à atividade de comércio exterior. Como, por parte do Estado, o FUNDAP acabaria se tornando o principal instrumento tributário para o incentivo das atividades econômicas, as idéias oriundas da convergência entre esse grupo e os quadros do Governo passaram a orientar as ações do governo na área econômica, quase exclusivamente para o atendimento desses interesses. Isso, por outro lado alimentou e foi beneficiado com a ideologia de aproveitamento da vocação dita natural. Era, por assim dizer, a consolidação de um processo de *lock in* da economia capixaba. Isso culminou por obstruir qualquer construção alternativa de desenvolvimento para o estado baseado na instalação de outros setores econômicos.

Assim, é possível dizer que desde seu processo de industrialização retardatária, no final da década de 1970, a economia capixaba desenvolveu um importante processo de diversificação de suas atividades. É notável a sua evolução estrutural, tendo entrado num ciclo dinâmico no que se refere aos setores de alimentos e bebidas, metal-mecânico, móveis, rochas ornamentais, vestuário, construção civil, software, dentre outros. Apesar disso, assume-se que o lançamento do Estado numa nova e superior estrutura econômica qualitativa não poderia ser consequência natural do funcionamento do mercado. Ao contrário, por se uma região periférica, situada fora do espaço dinâmico da economia brasileira, o vazio de coalizões em torno de novas possibilidades e o discurso assumido de que o estado já está fazendo tudo o que pode dentro de sua vocação natural tende a impedir qualquer processo de transformação estrutural.

Os debates quanto às possibilidades e aos desafios quanto aos rumos da economia capixaba ganhariam outros contornos a partir de 2000. Mas este é tema para um outro trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANESES JUNIOR, Neil Palácios. **Produtividades das pequenas e médias empresas viia processo de exportação – o caso da Convix – Consórcio Vitória Export.** 2008. 97 f. Dissertação (Mestrado Administração de Empresas) – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas Em Contabilidade, Economia e Finanças – Fucape, Vitória, 2008.

CAÇADOR, Sávio Bertochi. **Um olhar crítico sobre a evolução da economia capixaba nas últimas décadas:** uma análise a partir das teorias de desenvolvimento regional e de estatísticas de inovação. 2008. 175 f. Dissertação (Mestrado em economia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

- FERRETTI, Renata Cardoso. **Competição da China:** considerações sobre os impactos nas empresas de vestuário do Espírito Santo. 2006. 64 f. Dissertação (Mestrado Administração de Empresas) – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas Em Contabilidade, Economia e Finanças – Fucape, Vitória, 2006.
- FREITAS, Jamilly Viviane dos Santos. **Transformações na cafeicultura do Espírito Santo e o papel do Incaper.** 2009. 60f. Monografia (Graduação em economia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009
- GUEDES, Paulo César. **Emergência do Pólo Moveleiro de Linhares e Políticas para o setor no Espírito Santo (1960-1995).** 2008. 326 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.
- MEDEIROS, Antônio Carlos. **Espírito Santo:** a industrialização como fator de desautonomia relativa. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Programa de Pós-Graduação em Administração Pública. Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) / Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro, 1977.
- MOTA, Fernando César Macedo. **Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960-2000).** Tese de Doutorado apresentado a Universidade de Campinas. São Paulo, UNICAMP: 2002.
- MOTA, Fernando César de . **Dinâmica regional capixaba: 1960/2003.** In: CAMPOS JR., Carlos Teixeira de.. (Org.). Transformações socioeconômicas do Espírito Santo: uma abordagem histórica e de manifestações recentes. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2006, v. , p. 81-109.
- MURAD, Isabel Portugal Lacerda. **Redes organizacionais e custo de transação:** um estudo no Pólo Moveleiro de Linhares - ES. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado Administração de Empresas) – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia E Finanças – Fucape, Vitória, 2007.
- OLIVEIRA, Ueber Jose de. **Considerações acerca da configuração político-partidária do Espírito Santo, no contexto do Regime Militar: um estudo regional das disputas entre ARENA e MDB (1964-1979).** In: II Seminário Nacional de Sociologia e Política, 2010, Curitiba-PR.
- OLIVEIRA, Ueber José de. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002.** 326 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.
- PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos:** governos e assembleias no Brasil Republicano. 2004. 239 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- ROCHA, Haroldo C. **A formação econômica do Espírito Santo e a sua lógica empresarial.** In: GUALBERTO, João; DAVEL, Eduardo. Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo. Vitória, EDUFES, 1988
- ROCHA, Haroldo C.; MORANDI, Ângela. **Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo 1955/1985.** Vitória: FCAA, 1991
- SEBRAE – SERVIÇO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA. *Arranjo Produtivo Local de Confecções da Região Noroeste do Espírito Santo.* [2007] Disponível em www.sebraees.com.br. Acesso em 19 de julho de 2009.
- SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo:** Estado, interesses e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.
- SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro. **Industrialização e empobrecimento urbano:** o caso da Grande Vitória (1950-1980). Vitória: Edufes, 2001.
- VIEIRA, José Eugênio. **A História político-eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992.** Vitória: Vida Editora, 1993.

VILLASCHI FILHO, A. ; SABADINI, M. S. ; PINTO, M. M. . **Arranjos produtivos e políticas públicas: evidências do Espírito Santo e do Noroeste Fluminense**. Revista Perspectiva Econômica, Vitória, v. 1, p. 67-110, 2001

VILLASCHI FILHO, Arlindo; BUENO, Flávio de Oliveira. **Elementos dinâmicos do arranjo produtivo madeira/móveis no nordeste capixaba**: Linhares. Vitória: IPEA, 2000.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; LIMA, Eliene dos Santos. **Arranjo Produtivo Metalmeccânico/ES**. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IE/UFRJ Rio de Janeiro, Dezembro de 2000. (Estudos Empíricos – Nota Técnica 15).

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva. **Crisis and capability building in the production of coffee and reforestation: from static comparative advantages into the knowledge economy**. In: Opening Up Innovation: Strategy, Organization and Technology, 2010, London. DRUID Summerr Conference. London : DRUID, 2010.